



Revista Linguasagem – 15° Edição / www.lettras.ufscar.br/linguasagem

ESTRATÉGIAS DE ENSINO DE LÍNGUA ESPANHOLA NO CONTEXTO MATOGROSSENSE

Prof. Dr. Sergio Flores*

Dos conceitos

A linguagem

A linguagem, abordada tradicionalmente fora de qualquer perspectiva processual (Saussure, 1969; Jacobson, 1971; Chomsky, 1986) no século passado, gradativamente passou a ser concebida dentro de moldes em que o seu caráter arbitrário, imprevisível e contextual ganhou relevância (Bakhtin, 1979; Pêcheux, 1987; Dabène, 1994). Isto foi devido a que uma parcela cada vez maior das atenções que antes estavam exclusivamente voltadas para a compreensão do seu funcionamento do ponto de vista formal, agora se esforçam em compreender como acontece a significação.

A partir dessa nova perspectiva de compreensão e explicação da linguagem, componentes históricos, culturais, sociológicos, cognitivos e ideológicos começaram a ser reconhecidos e o seu desempenho valorizado no funcionamento da única ferramenta para a interação humana. Essa mudança de postura que aos poucos foi se processando nos estudos da linguagem foi conhecida como “a virada social da lingüística”, que foi um modo de reproduzir a expressão usada para denominar a mudança de rumo que aconteceu na filosofia também no século XX: a virada lingüística da filosofia¹ (Ghiraldelli, 2005).

* Sergio Flores Pedroso, doutorado, professor adjunto do Departamentos de Letras do Instituto de Linguagens e do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem da UFMT. Endereço eletrônico: seflope2010@hotmail.com

¹ Esta mudança de rumo consistiu em assumir a linguagem como ponto de partida e único significante na abordagem da cultura e da interação social. Os significados, por isso, se produzem contextualizados socialmente e atrelados a anterioridades semânticas justificadas através de contextualizações no tempo. Sentidos únicos e imutáveis não existem. A estabilidade semântica, apenas aparente, é consequência da interação social. Os sentidos não se originam no indivíduo, mas na sociedade através dele.

Dentro dessa nova visão da linguagem, várias posturas conseguiram aprumar pressupostos e fundar disciplinas que podem ser percorridas desde a pragmática até a análise do discurso, passando pela sociolinguística (Zarate, 1986), pela teoria dialógica de Bakhtin (1986) e pelas análises da conversação e textual (Celce-Murcia, 1995). Nas inscrições teóricas mais contemporâneas que originaram e nutrem a pós-modernidade –as análises do discurso francesa (Pecheux, 1988), a anglo-saxã (Fairclough, 1992) e a desconstrução (Derrida, 1973)--, há um conceito básico para a explicação da linguagem a que este trabalho se filia. Trata-se do conceito de prática social provindo do materialismo histórico (Marx, 1845).

A análise do discurso de escola francesa (AD) – a teoria enunciativa que justifica este trabalho --, ancorada no conceito de prática social, construiu o seu arcabouço teórico nutrindo-se também de outras fontes como a teoria dos aparelhos ideológicos do estado (Althusser, 1988) e a teoria do inconsciente (Lacan, 1999) para abordar a linguagem como produção discursiva em consequência de que o que a torna significativa é a produção de sentidos e estes apenas se legitimam na/pela prática social.

Assim, enunciar é trabalhar com a linguagem, é operacionalizar valores, conceitos, noções e comportamentos que os justificam (Flores, 2007), que são comuns aos interlocutores e tornam possível que o enunciado seja ideologicamente válido para ambas as partes da interação enunciativo-discursiva. Isto obedece a condições históricas, conjunturais e culturais. Assim sendo, o processo enunciativo envolve a organização formal e ideológica do dizer de tal maneira que consigamos ser entendidos como pretendemos sê-lo.

O processo enunciativo se baseia na antecipação das reações do interlocutor diante do nosso modo de dizer. Nesse processo, não é possível deixarmos de levar em consideração as referências que estamos pondo para funcionar pensando na pertinência das nossas escolhas. Esse processo chama-se interpretação. A interpretação é uma necessidade peremptória da linguagem (Orlandi, 1996). Não é possível falar, escrever, produzir efeitos de sentido ou (re)construir sentidos sem a interpretação, sem operar com os valores, os conceitos e as noções que nos são naturais porque veiculados através da língua materna (LM).

A trama conceitual acima alude diretamente à maior experiência de trabalho do sujeito com a linguagem que se dá através da (LM). Ora bem, quando se trata de explicar o ensino de línguas estrangeiras (LE), essa trama torna-se mais complexa. Impõe-se, por isso, a necessidade de algumas explicitações a esse respeito em função do ensino.

A língua estrangeira

Uma LE representa o meio de acesso mais direto a outro modo não apenas de explicar o mundo, mas de organizar essa explicação. Estamos falando de externar essa explicação do único modo possível: enunciando. A princípio, o processo enunciativo numa LE se materializa como algo diferente. Isto porque o conteúdo ideológico, a matéria argumentativa, não coincide com a da LM do interlocutor. São valores, conceitos e noções diferentes que fazem com que se enuncie também de modo diverso.

Tal diversidade torna-se visível através da forma, mas a sua relevância principal se acha no respaldo ideológico que justifica as diferentes opções formais, se bem que a maior fonte de mal-entendidos e de, às vezes, situações constrangedoras em casos como o da relação português-espanhol, se produzem em consequência da coincidência formal que mascara enormes diferenças semânticas que vão do nível da palavra ou da oração até o nível textual.

Ensinar uma LE na contemporaneidade, por isso, responde a saber que, como Revuz (1998) conseguiu explicar, vamos iniciar um processo de ruptura com a crença na inquestionável naturalidade das coisas e da linguagem e fazer da relativização um recurso discursivo imprescindível. A LE, ensinada em consonância com os valores a partir dos quais a escola pública se reorganiza ideológica e, por isso, curricularmente (Silva, 2005) representa um subsídio da maior importância na instauração desse mecanismo.

Documentos oficiais nacionais como as Orientações Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (OCNEM) (Brasil, 1996), embora já precisando de uma revisão atenta, e outros estaduais como as Orientações Curriculares para o Estado de Mato Grosso (Seduc-MT, 2009), em processo de oficialização, consideram efeitos ideológicos que a relação LM-LE instaura a partir da relativização a favor de objetivos maiores da educação --como a postura crítica para a cidadania-- e chama a atenção de professores e das pessoas diretamente relacionadas com a ação pedagógica para objetivos prioritários do seu desempenho como, por exemplo, propiciar o reconhecimento afirmativo do próprio, do vernáculo, a partir de uma perspectiva identitária.

Objetivos

Partindo das concepções de linguagem (que remetem à LM) e de LE, esta dentro de moldes relativizadores porque reconhece o papel protagônico da LM no processo de ensino-aprendizagem da língua diferente, o objetivo principal da nossa área é conseguir a enunciação como já definida neste texto.

Por razões decorrentes de uma cultura universal de ensinar que institucionalmente está adequada às condições históricas e sociais do contexto brasileiro, os objetivos das disciplinas têm seguido uma lógica e uma estratégia organizacional que são assumidas como naturais da escola. Esta trabalha a partir da formalização e com ela, mais precisamente com a formalização através da palavra escrita.

Por outro lado, a organização curricular está baseada na premissa de que o estudante já está de posse da linguagem verbal –a LM-- com a qual a escola trabalha visando adequá-la a seu padrão de trabalho com a linguagem verbal: a língua oficial, o português escolarizado. Essa variante lingüística artificial é assim considerada porque responde aos postulados da gramática escolar que a instituição tenta reproduzir nas práticas de linguagem. Assim, toda a organização didática é concebida e aplicada por um aspecto que se desempenha como grande facilitador: a LM.

Dentro da lógica descrita acima, o ensino de LE, por causa das suas peculiaridades, se vê prejudicado porque a estratégia de trabalho com a linguagem da escola é de reformulação e não de instauração como exige a nossa área cuja característica consiste em que em ambiente escolar tem que partir da estaca zero relativamente ao uso de uma língua que não é a materna. Porém, uma modificação dessa situação com as LE não consegue ser revertida com a rapidez que todo professor deseja e nem sequer pode ser iniciada sem a existência de políticas públicas --custosas e demoradas-- nessa direção.

Dada a situação acima, resta ao professor, por enquanto, adequar seu trabalho às condições existentes. É por isso que apesar de que as OCNEM pressupõem também a oralidade como proposta de trabalho, dados o enorme número de estudantes por turma e uma carga horária que não está comprometida realmente com um ensino que desenvolva a produção enunciativa numa dinâmica que sequer permite cogitar em conseguir resultados que lembrem alguns dos institutos de idiomas, os professores recorrem às ferramentas gramaticais, formalistas e escritas evitando os esforços que o trabalho com a oralidade impõe.

A partir do fim dos trabalhos de redação das Orientações Curriculares para o Estado de Mato Grosso e do trabalho teórico e prático dos docentes formadores de professores nas universidades, iniciou-se um lento processo para os professores em formação atribuírem maior relevância à oralidade. Desse esforço a Seduc-MT participa através da política de formação continuada.

Do que se trata, neste trabalho, é de defender que se acelere e estabilize o processo de instauração da expressão oral como obriga toda língua natural. Assim, os objetivos que se impõem contemporaneamente ao ensino de língua estrangeira são diferentes dos tradicionais da área no contexto brasileiro. Isto, porque a dinâmica social agora é outra e as possibilidades e necessidades de interação direta ou mediada através de

novas tecnologias --a informática e a telefonia móvel-- são exponencialmente maiores. Defendemos, por isso, que a escola, precisa levar isto em consideração iniciando a implementação das adequações necessárias.

Ao propiciar maior coerência ao desempenho das disciplinas no processo de formação do estudante, a organização tradicional do ensino e ainda mais o ensino ciclado tornam possível também o funcionamento natural do ensino de LE. As mudanças de condições organizacionais nos vários tipos de ensino envolvem a restauração dos objetivos básicos do ensino de toda língua estrangeira na contemporaneidade.

Tais objetivos são:

1. ensinar a língua em função do seu uso prático na oralidade e na escrita em busca de um nível de proficiência que torne possível a interação com indivíduos que têm essa língua como materna, o que envolve um certo e extenso espaço de tempo dadas as condições descritas acima
2. Propiciar o acesso dos estudantes à produção oral e/ou escrita,
3. Conseguir uma interação bem-sucedida com pessoas de LM diversa através da língua estrangeira em estudo,
4. Instaurar uma postura relativizadora do que naturalmente se considera único e por isso inquestionável: a língua, a cultura, os valores, os comportamentos próprios, propiciando assim a construção de uma postura crítica.
5. Repensar e reforçar os conhecimentos próprios da LM.

Das circunstâncias

Os objetivos que justificam o fazer pedagógico com as LE no país ganham justificação local e/ou são ajustados segundo as condições de cada região ou estado. No caso do país como um todo, a Lei nº 11.161 de 2005, criada em função dos acordos do Mercosul, justifica a implantação da Língua Espanhola promovendo-a a um patamar próximo ao da Língua Inglesa no que diz respeito ao reconhecimento oficial. Esta lei estabelece a oferta obrigatória da Língua Espanhola nos currículos, tanto nas escolas de ensino médio quanto nos Centros de Língua Estrangeira e faculta a sua inclusão, a princípio, nos currículos plenos do Ensino Fundamental II ao qual agora acrescenta-se a modalidade por ciclos. Tudo dentro de um processo que deveu concluir neste ano, o quinto a partir da data de implantação dessa lei.

Considerando as condições que apresenta o Estado de Mato Grosso dentro da atual política oficial com a língua espanhola, são de salientar vários dados:

Extensão do estado: 903.357, 908 km² (terceiro maior estado do país).

Faixa de fronteira: 150 km de largura

População: 2.854.642²

Municípios: 141

Estes dados refletem as enormes distâncias a serem percorridas considerando a sua reduzida população, o número em aumento das instituições escolares públicas para atender uma população tão dispersa e a faixa de fronteira de 15 km de profundidade que implica interação entre pessoas de diferente LM principalmente por razões familiares e comerciais, o que motiva as pessoas e mais justifica a inclusão curricular da língua espanhola nos estabelecimentos escolares.

Curiosamente, a assinatura da Lei nº 11.161 pegou de surpresa as autoridades educacionais do estado em razão da escassa existência de pessoal qualificado para cumprir esse encargo docente em apenas cinco anos. Entretanto, se por um lado foi e ainda é essa uma grande dificuldade a ser resolvida pelas autoridades e as instituições universitárias responsáveis pela formação de professores, esse fato tem desencadeado uma série de medidas e iniciativas das autoridades educacionais e administrativas cujo efeito tem sido a participação de professores do ensino público já graduados e estudantes que se iniciam numa primeira graduação em cursos de licenciatura já existentes e em outros programados de modo emergencial em função de suprir a nova necessidade curricular.

Um aspecto dessa situação de carência de profissionais, mas que apresenta características afirmativas, consiste em que já começam a atuar no território professores com uma formação que se baseia nos pressupostos aqui apresentados. O aumento de uma massa crítica de professores começa a se configurar no curto, no médio e no longo prazo como o de docentes que imprimirão ao ensino de Língua Espanhola os rumos que a contemporaneidade exige.

Diante de condições de desempenho não muito favoráveis, professores em formação e professores atuantes são exortados a conseguir que os objetivos naturais do ensino de LE sejam reconhecidos como prioritários e a fazer com que os conteúdos que eles próprios estabelecem em seus programas, por muito

² Fonte: IBGE 2007.

reduzidos numericamente que possam ser, já que se refletem numa progressão lenta do processo de ensino nas condições atuais, se materializem com a maior correção enunciativa oral e escrita. Tudo, à espera da aplicação de políticas educacionais que favoreçam a conseguir menos arduamente da parte dos professores um domínio mínimo, mas com qualidade razoável, da LE.

Considerações finais

Este trabalho consistiu numa aproximação do fazer pedagógico contemporâneo com as LE, tendo como referência vivencial a prática docente com a Língua Espanhola no Brasil e especificamente no Estado de Mato Grosso, a partir de conceitos básicos da Linguística Aplicada e da Análise do Discurso. Pretende-se que possa também servir de referência conceitual e prática no fazer didático com as LE em geral e a língua espanhola em particular.

O pressuposto teórico desta abordagem estabelece que as condições em que se produz o acontecimento pedagógico determinam o mesmo. Isto envolve que os objetivos que justificam o processo de ensino-aprendizagem encontrem relevância apenas nas necessidades decorrentes da prática social nacional e local. Ou seja, de como vai sendo considerado processo de ensino pelas condições econômicas e sociais fazendo as políticas públicas detectar prioridades e necessidades de mudanças.

Referências bibliográficas

- ALTHUSSER, L. *Aparelhos Ideológicos de Estado*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1998.
- BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1979.
- CELCE-MURCIA, M. "Discourse Analysis and the Teaching of Listening". In Cook, G. e Seidhofer, B. *Principle and Practice in Applied Linguistics*. Oxford: Oxford University Press, 1995, pp. 363-377.
- CHOMSKY, N. *Knowledge of language: Its nature, origin and use*. New York: Praeger Publishers, 1986.
- DABENE, Louise. *Repères sociolinguistiques pour l'enseignement des langues. Les situations plurilingues*. Paris: Hachette F.L.E., 1994.
- DAMEN, L. e SAVIGNON, D. *Culture learning: the fifth dimension in the language classroom*. Reading Mass: Addison, Wesley, 1987.
- DERRIDA, J. *Gramatologia*. São Paulo: Perspectiva, 1973.
- FAIRCLOUGH, N. *Discourse and social change*. Cambridge: Polity Press, 1992.
- FLORES, S. P. Lo traductorio en el proceso de formación de profesores de E/LE: una necesidad. In: *Polifonia*. Periódico do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem - Mestrado. IL/UFMT. Ano 9, vol.13, 2007, pp. 117-123.
- GHIRALDELLI Júnior, P. *Virada lingüística - um verbete*. Disponível em <http://ghiraldelli.wordpress.com/2007/11/05/virada-linguistica-um-verbete/>. Acessado em 26/06/2010.
- JAKOBSON, Roman. *Lingüística e Comunicação*. São Paulo: Cultrix. Tradução de Izidoro Blikstein e José Paulo Paes, 1971, pp. 118-32.
- LACAN, J. *O Seminário - Livro 5 - As formações do inconsciente*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Edit. 1999.

MARX, K. Teses sobre Feuerbach. Disponível em www.vermelho.org.br/img/obras/feuerbach.rtf. Acessado em 26/06/2010.

MATO GROSSO, Ministério da Educação/ Secretaria de Educação Básica Orientações Curriculares Nacionais para Ensino Médio. Linguagens, códigos e suas tecnologias. Línguas estrangeiras Brasília, 2006.

---- Secretaria de Estado de Educação. Orientações Curriculares para o Estado de Mato Grosso. Cuiabá: Seduc, no prelo.

ORLANDI, E. Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. Petrópolis : Vozes, 1996.

PÊCHEUX, Michel. Semântica e discurso. Trad. Eni Pulcinelli Orlandi et alii. Campinas: Editora da Unicamp, 1988.

REVUZ, C. "A LE entre o desejo de um outro lugar e o risco do exílio". In Signorini, Inês. Língua(gem) e identidade. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1998, pp. 213-230.

SAUSSURE, Ferdinand de. Curso de lingüística geral. Trad de A. Chelini , José P. Paes e I. Blikstein. São Paulo: Cultrix; USP, 1969.

SILVA, T. T. Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo. 2ª edição, 9ª reimpressão. Belo Horizonte: Autêntica 2005.

VYGOTSKY, L. S. Pensamento e Linguagem. Tradução de Jéferson Luís Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

ZARATE, Geneviève. Enseigner une culture étrangère. Paris: Hachette, 1986

Recebido em: 20 de agosto de 2010.

Aceito em: 13 de setembro de 2010.